

CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LIGIA SANTOS PEREIRA NERY¹

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia - UESB

SHEILA CRISTINA FURTADO SALES²

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia - UESB

Resumo

A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil é um tema de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo. Em decorrência disso, este trabalho tem como objetivo analisar a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na educação infantil, tendo a compreensão das práticas pedagógicas, desafios e estratégias para promover uma educação inclusiva. Para atingir esse objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos, além de análise documental de políticas educacionais relacionadas à inclusão de crianças com TEA. Os resultados revelaram a importância da formação de professores para lidar com crianças com TEA, bem como a necessidade de adaptações curriculares e recursos pedagógicos específicos. Ademais, o estudo destacou a relevância de uma parceria efetiva entre a escola, a família e profissionais da área da saúde, visando a melhoria do processo de inclusão e desenvolvimento das crianças com TEA na educação infantil. Esse trabalho oferece, portanto, conceitos valiosos para educadores, gestores escolares, pais e profissionais da área da saúde que desejam entender e promover a inclusão de crianças com autismo na educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista.

5851

Abstract

The inclusion of children with autism in Childhood Education is an extremely relevant topic in the contemporary educational context. Because of this, this work aims to analyze the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education, understanding pedagogical practices, challenges and strategies to promote inclusive education. To achieve this objective, bibliographical research was carried out, interviews with teachers and pedagogical coordinators, as well as documentary analysis of educational policies related to the inclusion of children with ASD. The results revealed the importance of teacher training to deal with children with ASD, as well as the need for curricular adaptations and specific pedagogical resources. Furthermore, the study highlighted the relevance of an effective partnership between the school, the family and health professionals, aiming to improve the process of inclusion and development of children with ASD in early childhood education. This work offers valuable concepts for educators, school managers, parents and health professionals who wish to understand and promote the inclusion of children with autism in early childhood education.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Childhood Education. Inclusion.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Email:< 201820801@uesb.edu.br>.

Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Introdução

A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil é um tema de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo. Dessa forma, a promoção de práticas inclusivas nas instituições de Educação Infantil é um desafio que requer a atenção e o comprometimento dos educadores, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo. Uma vez que o transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado por desafios nas áreas de comunicação, interação social e comportamento, o que demanda uma abordagem pedagógica específica para atender às necessidades específicas dessas crianças. Nesse contexto, a mediação pedagógica e a busca por desafios e possibilidades de inclusão tornam-se pontos cruciais para o desenvolvimento educacional das crianças com autismo.

(Chiote 2023, p. 20), destaca a importância da mediação pedagógica como um instrumento fundamental para a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. De modo que a mediação pedagógica compreende ações e estratégias desenvolvidas pelos educadores para facilitar o aprendizado e a participação ativa dessas crianças no ambiente escolar. A compreensão das necessidades específicas, o planejamento de atividades adequadas e o estabelecimento de uma relação de confiança entre o educador e a criança são elementos essenciais para promover a inclusão.

(Paula e Peixoto, 2019, p. 26) abordam os desafios e possibilidades da inclusão de alunos com autismo na Educação Infantil. A inclusão exige uma abordagem sensível às características específicas do autismo e a implementação de estratégias pedagógicas que considerem essas peculiaridades. Logo, é fundamental compreender que a inclusão não se trata apenas de colocar a criança com autismo na sala de aula, mas de criar um ambiente acolhedor, promover a interação e o desenvolvimento social, e adaptar as práticas pedagógicas de forma a atender às necessidades específicas.

(Dos Santos, Dias e de Aquino Mozer, 2021, p. 22), destacam o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil como um desafio que requer um trabalho conjunto entre educadores, profissionais de apoio e família. Assim, a parceria entre esses atores é essencial para o sucesso da inclusão, pois permite o compartilhamento de informações, estratégias e experiências que podem contribuir para o desenvolvimento da criança com autismo.

(Silva, Ferreira e Portugal, 2019), abordam a inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro do autismo na Educação Infantil, destacando os contributos do sistema de

acompanhamento das crianças. Para os autores, a implementação de um sistema de acompanhamento personalizado pode auxiliar na identificação das necessidades específicas das crianças com autismo e no planejamento de ações pedagógicas eficazes.

Em suma, a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil é um desafio que demanda a compreensão das necessidades específicas, a promoção da mediação pedagógica, o trabalho colaborativo entre profissionais e a busca por estratégias que permitam a efetiva participação dessas crianças no ambiente escolar. Neste contexto, a presente pesquisa visa aprofundar o estudo dessas questões, contribuindo para o desenvolvimento de práticas inclusivas mais eficazes e centradas no bem-estar e no aprendizado das crianças com autismo na Educação Infantil.

Neste artigo, são abordadas questões ligadas ao tema como: a educação infantil; a introdução ao transtorno do espectro autista (TEA); educação infantil e inclusão; aspectos pedagógicos na educação infantil; mediação pedagógica na educação infantil de crianças com autismo; legislação para atender autistas; colaboração entre profissionais e famílias; desafios e barreiras na inclusão de crianças com autismo. Esta pesquisa tem como método a abordagem qualitativa, compreende-se de acordo com (Minayo, 2006, p.24):

A própria expressão metodologia qualitativa consagra uma imprecisão, uma dificuldade histórica das teorias de se posicionar ante a especificidade do social. Ele supõe uma afirmação da qualidade contra a quantidade, refletindo uma luta teórica entre o positivismo e as correntes compreensivistas em relação às formas de valorização dos significados [...] (MINAYO, 2006, p. 24).

Portanto, a pesquisa qualitativa objetiva demonstrar a qualidade do trabalho em diferentes aspectos, ou seja, apresenta teses para auxiliar na realização da pesquisa, levando em consideração a análise. Segundo a autora Ludke retrata-se que: "Analisar os dados qualitativos significa "trabalhar" todo o material obtido durante a pesquisa, isto é, os relatos de observação, as transcrições da entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis." (Ludke, 1986, p.45). Desse modo, para que se tenha um material de qualidade, é preciso coletar todos os dados necessários relevantes para a pesquisa.

O artigo aborda a entrevista semiestruturada que discute questões de crianças de 4 anos de idade, com autismo, na creche pública. A entrevista foi realizada com a diretora e a professora para saber se no Projeto Político-Pedagógico (PPP), tem um planejamento, estrutura e profissionais especializados para essas crianças, no momento da entrevista foi utilizado pelo celular gravações, sendo as perguntas de acordo com a conversa. Assim, (Ludke, 1986)

POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS:
DOS CONTEXTOS DE BASE À DIFUSÃO INTERNACIONAL

discorre que: “[...] A entrevista semiestruturada, [...] se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” (Ludke, 1986, p. 34). Logo, a entrevista fica mais flexível, tanto para o entrevistador, quanto para as informações que serão levantadas. Para além disso, foi feita uma análise documental com os autores: (Vygotsky, 2010), (Freire, 1996), (Pestalozzi, 2010) e outros autores, em que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador [...] não são apenas uma fonte de informações contextualizadas, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.” (Ludke, 1986, p. 39).

A coleta de dados desse artigo foi feita por meio de entrevista com a professora regente e com a diretora da creche Tia Zaza, situado em Vitória da Conquista – BA, visando identificar as maneiras que o corpo escolar tem a oferecer às crianças com deficiência, uma boa qualidade de educação para aprendizagem, sendo uma pesquisa de campo. A autora (Minayo, 2009, p. 26). Vale ressaltar que a pesquisa de campo consiste no recorte empírico e que as etapas são realizadas por meio de entrevistas, observações, levantamentos de material documental e etc.

Essa pesquisa teve como objetivo elucidar as práticas pedagógicas, desafios e estratégias para promover uma educação inclusiva para as crianças com autismo. Com isso, foi possível obter informações específicas em relação ao professor e ao aluno, em sala de aula; se o docente conhece as leis para crianças com deficiências e se as atividades são adaptadas. Diante dessas questões, uma problematização foi levantada: Como os professores desenvolvem suas práticas pedagógicas com as crianças autistas, na educação infantil, em sala de aula?. (Pestalozzi, 2010, p.39) afirma que:

[...] havia vinculado a educação com o projeto moral do homem, evidente em sua atitude de expandir uma ação autônoma, considera insuportável esse desvio de sua própria intenção e preferia fechar seu instituto ao invés de ceder em relação ao seu projeto (Pestalozzi, 2010, p. 39).

Para (Pestalozzi, 2010, p. 39), a conduta moral do indivíduo é muito mais relevante do que seus projetos em papel, então a sociedade e todos os profissionais envolvidos na qualidade de um ensino melhor, precisam ter consciências dos direitos da criança autista e por na prática, para que a lei não só exista e, sim, para que tenham resultados.

Segundo (Soënard, 2010), o papel dos pais como educadores é fundamental e ocorre muito antes da intervenção do professor. Isso implica na influência significativa que os pais têm

no desenvolvimento e na educação de seus filhos desde os primeiros anos de vida ocupam uma posição específica, entre o desejo sensível e a razão social na criança. Nesse período decisivo, os responsáveis têm o poder de estimular o desenvolvimento da força autônoma ou de impedi-lo, talvez, para toda a vida. Sendo considerada, então, uma imensa responsabilidade dos pais para estimular desde cedo essa autonomia e do pedagogo continuar essa evolução da criança na aprendizagem no ambiente escolar.

O autor (Freire, 1996), discorre sobre a importância da autonomia e da socialização, a qual faz parte da cultura, desde que nascemos, até a vida adulta, ou seja, temos meios de socialização para de alguma forma nos comunicarmos e fazermos afazeres que são impostos na sociedade.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, evidencia a educação infantil no Brasil considerando um campo em desenvolvimento, com o foco crescente na qualidade da formação de professores, em sua didática pedagógica e os direitos de aprendizagem do discente. Essa seria a primeira etapa, em que a criança começa suas vivências longe de sua família e inicia sua nova fase no ambiente escolar, visando expandir suas habilidades, conhecimentos e as experiências básicas, com o intuito de aprender a socializar e ter autonomia. Assim, diz a BNCC:

[...] Está estruturada de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes (BNCC, 2018, p 3).

Para (Vygotsky, 2010), a educação é essencial para o desenvolvimento humano, ou seja, por meio da concepção sociocultural, o sujeito em interação com outros indivíduos, defendendo que as práticas educacionais devem estar alinhadas com a cultura e as necessidades específicas dos indivíduos para promover um desenvolvimento humano mais completo e significativo por exemplo: a criança que têm alguma habilidade seja social, emocional, cognitiva e outras especificidades, que pode ser compartilhada para outras crianças que não dominam sozinhas esses conhecimentos e precisam do auxílio para conseguirem aprender.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação infantil como um direito da criança, sendo, assim, uma responsabilidade do Estado. Isso impulsionou o crescimento e a

expansão da educação infantil, no Brasil. O artigo 205 / 1988, ressalta que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (Constituição Federal,, 1988, p. 205.). Esse artigo enfatiza a importância da educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, que deve ser garantido pelo estado e pela família..

Entretanto, em 1996, foi criada a Lei de diretrizes e bases da educação Nacional (LDB), que garante o desenvolvimento geral da criança:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (LDB, nº 9.394/1996).

A normativa acima, pretende assegurar a educação infantil para todas as crianças, inclusive as com deficiências, uma área importante com objetivos principais o pleno desenvolvimento da pessoa, preparação para o exercício de cidadania e especializada que busca garantir o acesso e a inclusão de todas as crianças, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

5856

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um distúrbio do neurodesenvolvimento que apresenta uma ampla variedade de características, afetando a comunicação, a interação social e o comportamento das pessoas diagnosticadas com essa condição. De acordo com Fernandes *et al.* (2021), o TEA é caracterizado por desafios no desenvolvimento de habilidades sociais, dificuldades na comunicação verbal e não verbal, bem como na presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos.

A prevalência do TEA tem aumentado, significativamente, nas últimas décadas, tornando-se uma preocupação de saúde pública em muitos países. Conforme apontado por Coimbra *et al.* (2020), a taxa de prevalência do TEA varia em todo o mundo, mas estudos epidemiológicos têm demonstrado um aumento constante no número de casos diagnosticados. Isso reflete a crescente conscientização sobre o TEA e uma melhor identificação da condição, mas também suscita a necessidade de um entendimento mais profundo das implicações do TEA na sociedade e nas crianças afetadas.

O impacto do TEA nas crianças é significativo e abrange diversas áreas do desenvolvimento. De acordo com Da Rosa Hofzmann *et al.* (2019), as crianças com TEA, frequentemente, enfrentam desafios no que diz respeito à comunicação, interação social, aprendizado e adaptação ao ambiente. Essas dificuldades podem variar em intensidade e natureza, tornando essencial uma abordagem personalizada para o suporte e o cuidado dessas crianças.

Dessa forma, a compreensão das características, prevalência e impacto do TEA é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de apoio e intervenções eficazes. Conforme discutido por (Roza e Guimarães, 2021), uma abordagem empática e informada sobre o TEA é crucial para promover a inclusão e o bem-estar das pessoas com essa condição. Portanto, este trabalho fornece uma base sólida para a discussão das questões relacionadas ao TEA, com foco especial na inclusão e no suporte às crianças com TEA na Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e no aprendizado das crianças, constituindo o primeiro contato formal com o ambiente educacional. Conforme destacado por (Vitaliano, 2019), a importância da Educação Infantil vai além da transmissão de conhecimentos, ela proporciona oportunidades para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e motoras que são essenciais para a formação integral das crianças. A Educação Infantil é um período crucial para a promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão de todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Logo, os princípios da educação inclusiva são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. Conforme ressaltado por de (Freitas, 2021), a educação inclusiva se baseia em valores de respeito, diversidade e equidade, buscando eliminar barreiras e proporcionar o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Isso implica a adaptação de práticas pedagógicas, a promoção de ambientes acolhedores e a valorização das diferenças individuais. A inclusão na Educação Infantil requer um compromisso constante em assegurar que cada criança tenha a oportunidade de participar e prosperar.

No entanto, a inclusão de crianças com necessidades específicas na Educação Infantil não está isenta de desafios. De acordo com: (Dias, Santos e de Abreu, 2021), em tempos de pandemia, como a COVID-19, a inclusão se deparou com novos desafios, especialmente no contexto da Educação Infantil. As restrições de distanciamento social e a transição para o ensino

remoto ou híbrido criaram obstáculos adicionais para crianças com transtorno do espectro autista e outras necessidades específicas, exigindo adaptações e estratégias específicas para garantir sua participação efetiva.

Os desafios da inclusão na Educação Infantil não se restringem apenas ao contexto da pandemia. Como mencionado por (Chiote, 2023), a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil requer uma atenção especial à mediação pedagógica, considerando as necessidades específicas e a promoção do desenvolvimento global da criança. Além disso, o trabalho colaborativo entre educadores, profissionais de apoio e famílias desempenha um papel crucial na superação de desafios e na promoção de práticas inclusivas bem-sucedidas.

Neste contexto, a compreensão da importância da Educação Infantil, dos princípios da educação inclusiva e dos desafios associados à inclusão na primeira infância é essencial para a promoção de práticas educacionais que valorizem a diversidade e garantam que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial plenamente.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda estratégias pedagógicas específicas para atender às suas necessidades específicas. Como destacado por Camargo *et al.* (2020), os professores desempenham um papel fundamental na escolarização dessas crianças, logo, é necessário oferecer diretrizes claras para sua formação continuada desses professores, a fim de capacitá-los a lidar com os desafios inerentes à inclusão de crianças com TEA.

Além disso, diversas estratégias pedagógicas têm se mostrado eficazes no ensino de crianças com autismo. Conforme ressaltado por (Soares e Nunes, 2020), o uso de estratégias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), tem demonstrado bons resultados no desenvolvimento cognitivo e pedagógico dessas crianças. A ABA enfatiza o reforço positivo e a quebra das tarefas em passos menores, tornando o aprendizado mais acessível e eficaz.

Dessa forma, o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas é um dos principais objetivos na educação de crianças com TEA. (Silva, 2021), destaca a importância de promover interações sociais significativas e estimular a comunicação verbal e não verbal. Ou seja, estratégias que envolvem o uso de comunicação alternativa, como o uso de pictogramas ou sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), podem ser particularmente benéficas para crianças com autismo que têm dificuldades na fala.

A adaptação do currículo e do ambiente é outra dimensão crucial na educação de crianças com TEA. De acordo com D'almeida *et al.* (2022), é fundamental considerar as necessidades específicas de cada criança e adaptar o currículo para atender a seus interesses e potencialidades. Além disso, o ambiente físico da sala de aula e as rotinas diárias podem ser adaptados para reduzir estímulos sensoriais excessivos, proporcionando um ambiente mais acolhedor e propício para o aprendizado.

Portanto, a compreensão das estratégias pedagógicas eficazes, o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas e a adaptação do currículo e do ambiente são aspectos fundamentais na promoção do sucesso educacional de crianças com autismo na Educação Infantil. Tais abordagens buscam criar um ambiente inclusivo que valorize as diferenças individuais e permita o pleno desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas características e necessidades específicas.

ESTRATÉGIA EDUCACIONAL

A mediação pedagógica desempenha um papel central na educação de crianças com autismo na Educação Infantil. Conforme discutido por Pincos *et al.* (2019), a mediação pedagógica é um processo que envolve a atuação de um mediador, que pode ser o professor ou um profissional de apoio, para facilitar o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das habilidades da criança com autismo. Desse modo, é um processo que demanda sensibilidade e compreensão das necessidades específicas da criança, visando a promover o seu desenvolvimento e aprendizado de forma eficaz.

O papel do mediador na Educação Infantil é multifacetado e essencial para a inclusão da criança com autismo. De acordo com Chicon *et al.* (2019), o mediador atua como um facilitador das interações sociais, ajudando a criança a se envolver com seus colegas e o ambiente educacional. Além disso, o mediador pode adaptar as atividades e o currículo para atender às necessidades específicas da criança, proporcionando um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

Estratégias de mediação para crianças com autismo são variadas e personalizadas, levando em consideração as características específicas de cada criança. Araújo e Trento (2022), abordam a inclusão e escolarização da criança com transtorno do espectro autista na Educação Infantil a partir da perspectiva de uma mãe, destacando a importância da colaboração entre a escola e a família. A construção de um plano de mediação pedagógica, que envolve o

planejamento de atividades adaptadas, a definição de metas e a comunicação constante com a família, é uma estratégia eficaz para o sucesso da inclusão.

No entanto, a mediação pedagógica enfrenta desafios, como mencionado por Dos Santos (2019), que aponta as dificuldades para a inclusão do aluno autista e as barreiras enfrentadas. A formação adequada de mediadores, a identificação precoce das necessidades da criança e a adaptação contínua das estratégias são fundamentais para superar esses desafios.

Em resumo, a mediação pedagógica desempenha um papel crucial na inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. A atuação do mediador, a colaboração com a família e o uso de estratégias personalizadas são elementos essenciais para garantir que cada criança tenha a oportunidade de se desenvolver e aprender de forma plena, promovendo a inclusão e o bem-estar na escola.

PARCERIA EDUCATIVA E FAMILIAR

A parceria entre educadores e familiares desempenha um papel fundamental na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Conforme discutido por (Shaw, 2021), essa colaboração é essencial para o desenvolvimento e o bem-estar da criança autista. A escola e a família compartilham a responsabilidade de proporcionar um ambiente de apoio e aprendizado que atenda às necessidades individuais da criança.

Assim, o compartilhamento de informações e estratégias entre profissionais e familiares é um aspecto crucial da parceria na educação de crianças com TEA. Conforme (Canal e Silva, 2022), diferentes profissionais, como professores, terapeutas e fonoaudiólogos, podem trabalhar em conjunto para alinhar as estratégias de intervenção e garantir uma abordagem consistente. Além disso, o compartilhamento de informações sobre o progresso da criança e eventuais desafios permite que todos os envolvidos estejam cientes das necessidades específicas em constante evolução.

Apesar dos desafios que podem surgir na colaboração entre profissionais e familiares, os benefícios são inegáveis. De acordo com Viana *et al.* (2020), a colaboração eficaz entre escola e família pode resultar em uma abordagem mais abrangente e individualizada para o desenvolvimento da criança com TEA. A compreensão mútua, a empatia e o compromisso compartilhado com o sucesso da criança criam um ambiente propício para a promoção de práticas inclusivas e de qualidade na Educação Infantil.

A intervenção precoce no Transtorno do Espectro Autista é um dos aspectos em que a colaboração entre profissionais e familiares desempenha um papel fundamental. Conforme De Abreu Ferreira *et al.* (2023), a equipe multidisciplinar, que inclui fonoaudiólogos, terapeutas e outros especialistas, trabalha em conjunto com a família para criar um plano de intervenção precoce personalizado que atenda às necessidades específicas da criança e promova o desenvolvimento.

A mediação do adulto, como discutido por (Deliberato, Adurens e Rocha, 2021), desempenha um papel importante na promoção da aprendizagem e na comunicação com crianças com TEA. A colaboração entre os adultos envolvidos na vida da criança, sejam eles familiares ou profissionais da Educação Infantil, é fundamental para estabelecer práticas de mediação eficazes que apoiem o desenvolvimento da criança.

Em síntese, a colaboração entre profissionais e familiares é um elemento central na educação de crianças com autismo na Educação Infantil. Essa parceria visa criar um ambiente de apoio e aprendizado que atenda às necessidades específicas da criança, promova a inclusão e estimule o seu pleno desenvolvimento. A troca de informações, estratégias e o compromisso mútuo são elementos essenciais para o sucesso dessa colaboração.

LEGISLAÇÃO PARA ATENDER AUTISTAS

A legislação brasileira relacionada à inclusão escolar tem passado por mudanças significativas ao longo dos anos, com o intuito de garantir o acesso e a qualidade da educação para todas as crianças, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dentre as principais leis que fundamentam a inclusão, destaca-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que garante o direito à educação inclusiva, promovendo a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento da criança, independentemente de suas características individuais (CARDOSO *et al.*, 2022).

As políticas públicas de inclusão na Educação Infantil são fundamentais para a efetivação da legislação relacionada à inclusão escolar no Brasil. Dentre as políticas destacadas, o Plano Nacional de Educação (PNE), e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade são relevantes para a promoção da inclusão de crianças com autismo. O PNE estabelece metas e estratégias para a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional, garantindo sua permanência e aprendizado na escola regular (Mendes e Asnis, 2023).

Entretanto, a implementação das políticas inclusivas na prática educacional enfrenta diversos desafios. Segundo (Araújo, 2021), apesar das leis e políticas de inclusão, a efetivação de práticas inclusivas na Educação Infantil ainda encontra obstáculos relacionados à formação de professores, à estrutura das escolas e à falta de recursos adequados para atender às necessidades específicas das crianças com autismo. Além disso, (Camurça, 2022), destaca que a resistência de alguns profissionais da educação e a falta de sensibilização em relação às necessidades das crianças com TEA podem dificultar a plena implementação das políticas inclusivas.

Em suma, a legislação e as políticas educacionais no Brasil têm avançado na direção da inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, garantindo seu direito à educação inclusiva. No entanto, os desafios na implementação dessas políticas e na promoção de práticas inclusivas efetivas requerem um esforço contínuo por parte dos sistemas educacionais, das escolas e da sociedade como um todo.

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil enfrenta diversos desafios e barreiras, que, quando superados, possibilitam a efetiva inclusão e o desenvolvimento pleno dessas crianças. Entre os desafios mais significativos estão a estigmatização e o preconceito que frequentemente afetam crianças com autismo. Conforme Camargo *et al.* (2020), o estigma e o preconceito são obstáculos significativos que podem prejudicar a inclusão social e a participação das crianças com autismo na comunidade escolar.

A carência de formação adequada dos professores é outra barreira importante na inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. Como mencionado por (Xavier e Gonzalez, 2023), a falta de capacitação específica para atender às necessidades específicas das crianças com TEA pode resultar em práticas pedagógicas não inclusivas e na não identificação das estratégias adequadas para promover o desenvolvimento dessas crianças. A formação continuada dos educadores é essencial para a promoção da inclusão.

O acesso a recursos e apoios adequados é um terceiro desafio enfrentado na inclusão de crianças com autismo. (Da Silva, 2019,) destaca que a disponibilidade de profissionais de apoio, materiais adaptados e estratégias de intervenção adequadas pode ser limitada, o que compromete o suporte necessário para o desenvolvimento das crianças com autismo na

Educação Infantil. A falta de recursos adequados pode dificultar a implementação de práticas inclusivas eficazes.

A superação desses desafios requer um esforço conjunto por parte de educadores, famílias, gestores escolares e profissionais da área de saúde. A conscientização sobre o autismo, a promoção de ambientes inclusivos e a capacitação dos profissionais são passos essenciais para garantir que as barreiras à inclusão sejam superadas, permitindo que as crianças com autismo tenham acesso a uma educação de qualidade na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, exploramos os desafios e oportunidades relacionados à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Com base em uma revisão abrangente da literatura e em entrevistas com profissionais de Educação, pudemos identificar várias conclusões significativas: como a relação do docente com os alunos, que apesar das dificuldades que os professores têm em sala de aula, exige um pouco de conhecimento e parceria com outros profissionais, que a criança com autismo se sinta parte do ambiente escolar. Este estudo destaca a importância da pesquisa contínua e da adaptação das abordagens inclusivas na Educação Infantil. As crianças com TEA têm o direito fundamental de receber uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades, principalmente quando o docente planeja atividades adaptadas às crianças com necessidades específicas, sabendo de suas limitações e potencialidades. Isso requer esforços coletivos e aprimoramento constante das práticas pedagógicas.

À medida que novas descobertas científicas e novas diretrizes legais são estabelecidas, é fundamental que os educadores e profissionais da área estejam atualizados e dispostos a se adaptar às mudanças. A inclusão não é uma jornada linear, é um processo contínuo de aprendizado e evolução. Por fim, a pesquisa contínua, a formação especializada, o apoio multidisciplinar e a colaboração entre profissionais e familiares são alicerces essenciais para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. Através do compromisso com práticas inclusivas de alta qualidade, para oferecer a essas crianças a educação que merecem e ajudá-las a desenvolver seu potencial máximo, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Leydiane Monteiro Merlo; ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; TRENTO, Sabrina da Silva Machado. Inclusão E Escolarização Da Criança Com Transtorno Do Espectro Autista Na Educação Infantil: Um Olhar A Partir Da Perspectiva De Uma Mãe. **As Transformações Plurais Dos Cenários Educativos**, P. 32, 2022.

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Lei n. 13.146/2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 24 de outubro. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário. **Autismo e a educação na política inclusiva**. Pimenta Cultural, 2022.

5864

CANAL, Sandra; SILVA, Karla Fernanda Wunder. Refletindo sobre as intervenções para pessoas com Transtorno do Espectro Autista: diferentes concepções. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 3, n. 1, p. 112-130, 2022.

CHICON, José Francisco et al. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 169-175, 2019.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Digitaliza Conteúdo, 2023.

COIMBRA, Bruna Santiago et al. Abordagem odontológica a pacientes com transtorno do espectro autista (TEA): uma Revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94293-94306, 2020.

DA CRUZ, Adriana Nunes; COELHO, Gilson Gomes. INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM AUTISMO: DESAFIOS PARA O (A) PSICÓLOGO (A) ESCOLAR. **Revista Augustus**, v. 30, n. 57, p. 79-97, 2022.

DA ROSA HOFZMANN, Rafaela et al. Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). **Enfermagem em foco**, v. 10, n. 2, 2019.

DA SILVA, Gabriella Maia. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. **Revista Caparaó**, v. 1, n. 1, p. e6-e6, 2019.

DE ABREU FERREIRA, Paloma et al. Intervenção precoce no Transtorno do Espectro do Autismo: o papel da equipe, da fonoaudiologia e da família. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 6, p. 19852-19869, 2023.

DE ALMEIDA, Luciana Menezes et al. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS E A INCLUSÃO SOCIAL. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 7, p. e371687-e371687, 2022.

DE ARAÚJO, José Bruno. O Autismo no Brasil: no processo histórico, inclusivo e terapêutico. **Educação em Foco**, p. 29, 2021.

DE FREITAS, Marcos Cezar. Diversidades culturais, deficiências e inclusão: a potência curricular da educação infantil. **Debates em Educação**, v. 13, n. 33, p. 333-354, 2021.

DE OLIVEIRA CARDOSO, Maykon Dhonnes et al. PLANEJAMENTO, POLÍTICA EDUCACIONAL E AUTISMO: UM ESTUDO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O AUTISMO NO TERRITÓRIO DE COLINAS DO TOCANTINS. **Nova Revista Amazônica**, v. 10, n. 2, p. 59-76, 2022.

DELIBERATO, Débora; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Brincar e contar histórias com crianças com Transtorno do Espectro Autista: mediação do adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0128, 2021.

5865

DIAS, Adelaide Alves; SANTOS, Isabelle; DE ABREU, Adams Ricardo Pereira. Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 2, p. 101-124, 2021.

DOS SANTOS, Maria Aparecida. DIFICULDADES PARA A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA AUTISTA E AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO. **Revista Autênticos**, p. 22.

DOS SANTOS, Yasmin Rocha; DIAS, Israel Rocha; DE AQUINO MOZER, Thiago. O processo de inclusão de uma criança com autismo na Educação Infantil. **ARTEFACTUM-Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**, v. 20, n. 1, 2021.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA. Ed.3º - SENADO FEDERAL – Brasília - 2019

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi et al. Desafios cotidianos e possibilidades de cuidado com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frente à COVID-19. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa. São Paulo: paz e terra, 1996.

GAIATO, Mayra. **S.O.S. Autismo: guia completo para entender o transtorno do Espectro Autista** – Ed. 6º São Paulo: nVersos, 2022, p. 21.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis.** – São Paulo: nVersos, 2018, p. 1 – 59.
Hucitec, 2006, p. 24.

IVIC, Ivan. Lev Semionovich Vygotsky. Recife: fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010, p. 95.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1996.

LOURENÇO, Erica A. Garrutti de; FIDALGO, Sueli Salles; MALHEIRO, Cícera A. Lima; CAMPOS, Sandra R. Leite d. **Acessibilidade para estudantes com deficiência visual: orientações para o ensino superior.** Ed. 1º - UNIFESP – 2020.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** – São Paulo: EPU, 1986.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENDES, Maria Fernanda Moreira; ASNIS, Valéria Peres. O transtorno do espectro do autismo na legislação educacional e nos projetos político-pedagógicos da educação básica. **Editora Licuri**, p. 41-57, 2023.

5866

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 9º ed. Ver. E aprimorada. São Paulo:

PAULA, Jessyca Brennan; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, 2019.

PINCOS, Priscila dos Santos Rodrigues Silva et al. Formação docente para mediação pedagógica. 2019.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil.** 2. Ed – São Paulo, contexto: 2000.

ROZA, Sarah Aline; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner. emPATiA AfetivA e cognitivA no trAnstorno do esPectro AutistA (TEA): umA revisão integrAtivA dA literAturA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola, especialistas e o desenvolvimento de pessoas autistas. **Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 16, p. 183-201, 2021.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: Entenda o autismo.** FONTANAR. 2012, p. 1- 243.

SILVA, CB da; FERREIRA, Andressa Fabri; PORTUGAL, Gabriela. Inclusão escolar de uma criança com transtorno do espectro do autismo na educação infantil-contributos do sistema de acompanhamento das crianças. **Indagatio Didactica**, v. 11, n. 4, p. 25-39, 2019.

SILVA, Laíse Maria Fernandes de Carvalho. **Inclusão escolar da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo: aspectos conceituais e práticas pedagógicas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Laysa Sinara Torres da. **Contribuições do método aba para o desenvolvimento cognitivo e pedagógico da criança com autismo**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

SOARES, Francisca Maria Gomes Cabral; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Autismo: aspectos pedagógicos e sociais. **ETD Educação Temática Digital**, v. 22, n. 1, p. 3-9, 2020.

VIANA, Ana Clara Vieira et al. Autismo. **Saúde Dinâmica**, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2020.

VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. **Pro-posições**, v. 30, p. e20170011, 2019.

XAVIER, Manoel Viana; GONZALEZ, José Antonio Torres. Desafios e possibilidades na escolarização de filhos com transtorno do espectro autista. **Revista Acervo Educacional**, v. 5, p. e13951-e13951, 2023.

Autor 1:



Ligia Santos Pereira Nery

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2023). Em andamento a pós em Psicopedagogia e a pós em Psicomotricidade. Atualmente trabalho como: Atendente Terapêutica com crianças autistas.

Email: ligia.nery99@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5764276964506148>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9042-0153>

Autor 2:



Sheila Cristina Furtado Sales

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2008), Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (1989). Atualmente é Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional.

Email: sheila.furtado@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8516632434801612>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4646-6613>